ISSN: 2358-8829

O ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS: ESPECIFICIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS

Jacqueline de Sousa Batista Figueiredo[1]
Emerson Batista Ferreira Motta[2]
Lidiany Cristina de Oliveira Chianello[3]

INTRODUÇÃO

A educação integral se consolida como política pública para melhoria da qualidade da educação, com amparo legal na Constituição Federal de 1988 (Art. 6 e 205), no ECA, na LDB (Art. 34), nas DCNEM (Art. 14) e no PNE (Art. 6).Para a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG, 2026), o direito à aprendizagem é princípio estruturante da educação integral, associado à equidade e justiça curricular.

Mais que acesso, busca garantir permanência, participação e sucesso escolar, especialmente de estudantes historicamente excluídos. A ampliação da jornada é vista como estratégia fundamental para assegurar educação integral de qualidade, contemplando dimensões cognitivas, sociais, emocionais, culturais e produtivas.

O texto investiga justamente essa ampliação na rede estadual de Minas Gerais, motivado por conhecer as diretrizes do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e seus desafios de operacionalização. O compromisso é com formação autônoma, solidária e competente. A presente investigação integra um projeto de pesquisa[4] mais amplo desenvolvido na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em parceria com membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação pública (NEPEP), vinculado à instituição.

[1]Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG/Poços de Caldas, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Pública. jacqueline.figueiredo@uemg.br
[2] Mestre do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG/Poços de Caldas, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Pública.emerson.mota@uemg.br
[3]Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG/Poços de Caldas, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Pública. lidianycristinaoliveira@gmail.com
[4] O Ensino Médio de tempo integral na rede Estadual de Minas Gerais/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Pública.

A SEE/MG aderiu ao Programa de Fomento ao EMTI pela Lei nº 13.415/2017, Portaria MEC 727/2017 e Decreto Estadual 47.227/2017, que visa assegurar acesso, permanência, qualidade, respeito à diversidade e ampliação da jornada em tempo integral, conforme PNE. Desde então, estrutura-se nas premissas de formação interdimensional, autonomia, solidariedade e protagonismo juvenil.

A Resolução CNE/CEB nº 7/2025 institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para Educação Integral em Tempo Integral, definindo-a no Art. 3º como política estruturante para garantia do direito humano à educação. No Art. 7º estabelece seis dimensões estratégicas: I - Acesso e Permanência com Equidade; II - Gestão; III - Articulação Intersetorial com territórios; IV - Currículo, Práticas e Avaliação; V - Valorização de Educadores; VI - Monitoramento e Avaliação.

A SEE/MG estabelece o Modelo Pedagógico e de Gestão centrado no estudante e em seu Projeto de Vida. O currículo, a gestão e as ações devem garantir que o jovem se torne autônomo, ativo, solidário e competente, sujeito da própria ação. O modelo seguido é a Escola da Escolha, concebido pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), com 12 cadernos em 5 volumes interdependentes. O ICE ancora-se para além do cognitivo, considerando o ser humano nas dimensões corporal, afetiva e espiritual. (ICE, 2020). O protagonismo juvenil é mecanismo mobilizador, que se materializa justamente no Projeto de Vida, tema central do modelo. O estudo se justifica por trazer o ponto de vista dos atores escolares sobre a implementação desde 2017, apontando potencialidades e pontos a aperfeiçoar.

Os resultados indicam uma formação mais ampla, com ampliação da carga horária e maior diversificação de oportunidades educativas, o que representa um avanço relevante ao diversificar as práticas pedagógicas. Contudo, a análise documental revela fragilidades que não podem ser desconsideradas. Trata-se de uma política altamente normatizada, cuja implementação envolve tomada de decisão complexa e impacta diretamente a reestruturação curricular do ensino médio, mostrando forte interferência de entidades do terceiro setor. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de pesquisas que incorporem a escuta de estudantes, docentes e gestores. Apenas a partir dessas percepções será possível verificar se a política efetivamente garante o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, ou se mantém lógicas históricas de empobrecimento da escola pública. O principal desafio é converter o tempo estendido em experiências formativas

interdimensionais, críticas e emancipadoras, que superem a mera adequação a demandas imediatas de produtividade e do mercado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Torna-se fundamental compreender qual concepção de educação integral tem orientado as experiências de ampliação da jornada escolar no ensino médio da rede estadual de Minas Gerais, bem como, quais são as diretrizes básicas da política mineira de ensino médio em tempo integral e como vem ocorrendo sua implementação e operacionalização. A partir dessa problematização, objetiva-se apresentar os desafios e as especificidades da implementação dessa política.

A análise ancora-se em autores que aprofundam a implementação das políticas de educação integral, dentre eles Barroso (2005, 2006), Coelho e Maurício (2016), Jacomeli, Barão e Gonçalves (2018), Leite e Carvalho (2016), Lottermann e Silva (2016), Santos (2015), Silveira, Moll e Martinic (2021), entre outros.

Neste estudo adota-se a abordagem qualitativa. Conforme André (2013, p.97), "essa perspectiva concebe o conhecimento como processo socialmente construído pelos sujeitos em suas interações cotidianas", sendo central compreender o mundo do sujeito, seus significados, linguagem e formas de interação. Para Minayo (2014, p.21), "o universo das relações, representações e intencionalidades dificilmente se traduz em números". Como destacam Casarin e Casarin (2012, p.33), "o objetivo da pesquisa qualitativa é descrever o fenômeno, caracterizando sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores".

O levantamento de informações baseou-se na pesquisa bibliográfica, na modalidade de "análise de textos ou documentos" (Pope; Mays, 2005). Segundo Alves-Mazzotti (2006), essa análise serve para contextualizar o problema e analisar o referencial teórico. A coleta de dados ocorreu por meio de revisão bibliográfica e análise documental de leis, decretos, resoluções, instruções e diretrizes sobre educação em tempo integral, com foco na concepção de educação integral desenvolvida nas políticas mineiras. Conforme Marconi e Lakatos (2017), as referências bibliográficas exigem procedimentos específicos. A diferença entre pesquisa bibliográfica e documental, segundo Gil (2008, p.46), está na natureza das fontes: "a primeira utiliza contribuições já analisadas de autores; a segunda vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico e

podem ser reelaborados conforme o objeto". A análise documental apresenta como vantagens ser fonte estável e rica de dados, proporcionar boa visão do problema e oferecer subsídios para novos estudos (Gil, 2008).

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas de educação integral e ampliação da jornada estão em debate como estratégia de melhoria da qualidade. Para a SEE/MG (2025), a ampliação é fundamental para garantir educação integral de qualidade social e desenvolvimento pleno nos aspectos cognitivo, social, emocional e cultural, visando formação interdimensional de cidadãos autônomos, solidários e competentes, críticos e criativos. Leite e Carvalho (2016) reforçam que educação integral vai além de mais tempo na escola. O tempo estendido só faz sentido quando amplia possibilidades formativas, articulando cultura, comunidade, família e território. Não é turno e contraturno, mas direito do educando e movimento coletivo de múltiplas aprendizagens.

A SEE/MG, na educação integral, adota o modelo Escola da Escolha, do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Mesmo com normativas nacionais, há agências locais que definem as ações.

O modelo adotado em Minas Gerais envolve: Tecnologia de Gestão Educacional (TGE/ICE), a plataforma do Programa Jovem de Futuro / Instituto Unibanco, com instrumentos como Plano de Ação, SIGAE, PDCA, Guia de Ensino e Aprendizagem. O setor empresarial passa a elaborar conteúdos curriculares e ajustar currículo à avaliação em larga escala. Para Barroso (2006), esses discursos tornam-se ações reguladoras institucionalizadas do Estado, que produzem e reajustam regras do jogo conforme estratégias dos atores.

O EMTI mineiro está estruturado em cinco (5) Princípios Educativos e quatro (4) eixos formativos (MINAS GERAIS, 2026): Pedagogia da Presença; Quatro Pilares; Educação Interdimensional; Protagonismo e Trabalho. Esses princípios orientam postura de todos os profissionais – de professor a ASB – como parceiros do desenvolvimento pessoal, social e produtivo.

Como eixos formativos a SEE/MG traz a Formação Acadêmica de Excelência; Formação para a Vida; Formação de Competências para o Século XXI e Formação Profissional de Excelência. Tem como objetivo a qualidade centrada no estudante e seu

Projeto de Vida, modelo adaptado ao contexto local, ancorado na BNCC e comprometido com equidade. O projeto de Vida é componente curricular obrigatório e central do modelo. A BNCCEM (2018) também o prevê como competência para adaptação flexível ao mundo do trabalho. Ao final do 3º ano, espera-se que o jovem legitime sonhos mesmo em contexto desigual.

Os princípios e eixos se concretizam nas Práticas Educativas e nas Atividades Integradoras do EMTI. As práticas educativas do modelo pedagógico do ensino médio em tempo integral correspondem a Acolhimento Marco Zero, Acolhimento Diário, Representantes de Turma e Clubes de Protagonismo.

Os componentes curriculares abordados nas Atividades Integradoras são constituídos por Projeto de Vida, Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática, Práticas Experimentais e Estudos Orientados. As atividades integradoras são entendidas como um conjunto de definições que seguem um currículo comprometido com a integralidade da ação educativa (MINAS GERAIS, 2026, p. 17)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nota-se que o setor empresarial vem adotando responsabilidades em relação à Educação Integral, operando na elaboração de conteúdos curriculares e de ajustamento do currículo aos desígnios de avaliação de larga escala, de maneira especial direcionados para a escola pública. Esses atores que apresentam direções para as ações da SEE/MG, por meio de princípios e diretrizes orientadoras, podem influenciar a concepção de educação integral afetando o comprometimento na produção de objetivos e conteúdos. Para Barroso (2006) essa operacionalização do setor empresarial acaba se concretizando em ações reguladoras que "se constituem nas formas institucionalizadas de intervenção do Estado e de sua administração na coordenação do sistema educacional." (BARROSO, 2006, p. 50).

Jacomeli, Barão e Gonçalves (2018) alertam, que expansão de tempo centrada em Português e Matemática serve à visão reducionista. Ribeiro (2017) e Parente (2018) destacam que educação integral em tempo integral não é consenso e tem configurações heterogêneas. Lottermann e Silva (2016) lembram que currículo integrado e jornada ampliada não garantem por si só educação integral. Silveira, Moll e Martinic (2021) apontam que a sinonímia entre Educação Integral e Tempo Integral pode gerar exclusão e perder perspectiva crítica e emancipatória.

Em síntese, há avanço histórico frente à precarização da escola pública, mas o desafio permanece: transformar tempo ampliado em formação multidimensional efetiva, não apenas ajuste a avaliações e mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do EMTI da rede estadual de Minas Gerais indica que a ampliação do tempo de permanência escolar tem sido usada como estratégia para qualificar a oferta educativa, ao provocar mudanças na organização, na gestão e na proposta pedagógica.

A articulação entre jornada estendida, Projeto de Vida e Práticas de Acolhimento aponta para a superação da lógica de turno e contraturno. Há aproximação entre professores e estudantes, a partir de princípios e eixos formativos que integram dimensões cognitivas, sociais, emocionais, culturais e produtivas.

A pesquisa documental evidencia forte influência de organizações do terceiro setor, sobretudo do ICE, na definição de conteúdos e no alinhamento curricular. A adesão ao modelo Escola da Escolha revela a absorção de narrativa privada pelo setor público, com gestão gerencialista que orienta e reajusta o funcionamento do sistema estadual. O apoio técnico via cadernos de formação amplia o controle sobre objetivos, métodos e conteúdos, podendo alterar as funções sociais da escola e subordiná-la a valores padronizados. Há ainda o risco de reduzir a educação integral à ampliação de tempo para disciplinas de avaliações em larga escala, como Língua Portuguesa e Matemática.

O EMTI-MG representa avanço importante ao ampliar o tempo e diversificar práticas, mas sua efetivação como formação verdadeiramente integral exige vigilância permanente para que não se limite à reorganização da carga horária ou à adequação a demandas externas preestabelecidas. É necessário ampliar o debate sobre educação integral e investir em pesquisas que incluam a percepção de estudantes, professores e gestores – somente a partir dessas vozes será possível avaliar se a política garante o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno ou se reproduz gestão gerencialista.

O desafio é transformar o tempo ampliado em vivências formativas multidimensionais, críticas e emancipatórias, que melhorem a qualidade, fortaleçam a gestão democrática e não se restrinjam a exigências imediatas de desempenho e mercado.

Palavras-chave: Política Educacional; Modelo Pedagógico, Ensino Médio de Tempo Integral, Currículo.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. **A bússola do escrever:** desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. Florianópolis: Editora UFSC, 2006. p. 25-44.

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/7441/4804. Acesso 20 mar. 2026.

BARRETO, Thereza. (Org.) **Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**. Memória e Concepção do Modelo – Concepção do Modelo da Escola da Escolha – Ensino Médio. Recife, 2020.

BARRETO, Thereza. (Org.). **Instituto Escola da Escolha**. Caderno do Professor – Projeto de Vida – Novo Ensino Médio – 1º ano. Recife, 2026.

BARROSO, João. O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, J. (org.). **A regulação das políticas públicas de educação:** espaços, dinâmicas e actores. Lisboa: Educa, p. 41-70, 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/5761. Acesso em: 14 marc. 2026.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/TVLjsSNcwyChwwYkxtGX7YD/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 21 marc. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 727, de 10 de junho de 2017**. Às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 7/2025**. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de agosto de 2025Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento, Seção 1, p. 27.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica:** da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012.

COELHO, Lígia M. C. da. C. e MAURÍCIO, Lúcia V. Sobre tempo e conhecimentos praticados na escola de tempo integral. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1095-1112, 2016. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660598.Acesso14 . Acesso em: 14 abr. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOMELI, Mara Regina Martins; BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno; GONÇALVES, Leandro Sartori. Educação em tempo integral: ampliação de tempo ou de formação? **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 9, n. 1, p. 34-51, jan./abr. 2018.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista. Projeto de vida. **Educ. Soc**., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out.-dez. 2011. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 28 abr. 2026.

LEITE, Lúcia H. A. e CARVALHO, Paulo F. L. de. Educação de tempo integral e a constituição de territórios educativos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1205-1226, 2016. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660598. Acesso em: 16 mai. 2026.

LOTTERMANN, O.; SILVA, S. A Gênese do currículo integrado: referenciais teóricos e suas implicações políticas, epistemológicas e sociais. In: HAMES, C.; ZANON, L. B.; PANSERA-DE-ARAÚJO, M. C. (Org.). **Currículo integrado, educação e trabalho:** saberes e fazeres em interlocução. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 17-35, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Documento orientador:** Ensino Médio em Tempo Integral, 2025.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Documento orientador:** Ensino Médio em Tempo Integral, 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

PAIS, José Machado. Trajetórias biográficas e novas configurações subjetivas. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; NOVAES, Adelina de Oliveira (Org.). **Infâncias, juventudes, universos (auto)biográficos e narrativas.** Curitiba: CRV, p. 27–40, 2018.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Políticas de educação integral em tempo integral à luz da análise do ciclo da política pública. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 415-434, abr./jun. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n2/2175-6236-edreal-2175-623661874.pdf. Acesso em: 25 mai. 2026.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RIBEIRO, Madison Rocha. **A relação entre Currículo e Educação Integral em tempo integral:** um estudo a partir da configuração curricular do Programa mais educação. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. Políticas públicas para o ensino médio: a escola como espaço de disputas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 707-727, jul./set. 2015.

SILVEIRA, Éder da Silva; MOLL, Jaqueline; MARTINIC, Sergio. **Ensino médio e educação integral:** contradições, reflexões e possibilidades. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 3, p. 05-09, set. 2021. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/pdf/reflex/v29n3/1982-9949-reflex-29-03-5.pdf. Acesso em: 04 jun. 2026.